

História, silêncio e condições interdiscursivas da produção do discurso

History, silence and interdiscursive conditions of production of discourse

DOI 10.20396/lil.v26inesp.8671186

Rodrigo Oliveira Fonseca¹
UFSB

Resumo

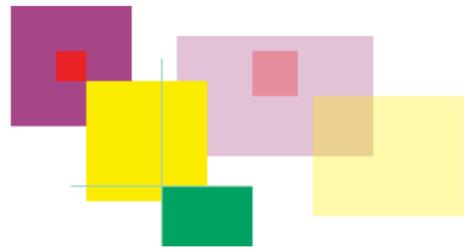
No presente artigo apresento a importância e o lugar do silêncio no trabalho do historiador com o arquivo e, para isso, traço um panorama das principais questões e operações desse trabalho e sublinho alguns problemas e soluções referentes à noção de condições de produção dos discursos (sobre a qual existe uma expectativa de que ela representa certa ancoragem dos discursos na história). Conclui-se que o levantamento e descrição da cena interlocutiva dos assédios, disputas e deslocamentos em torno do fazer sentido, o levantamento das condições interdiscursivas de produção do discurso, ganha estatura e estatuto explicativo com o apoio da dimensão espacial, reparável, relacional, contraditória, configuracional e exploratória do ofício do historiador, ponto forte do trabalho com o silêncio no fazer historiográfico.

Palavras-chave: História, Silêncio, Discurso, Condições de Produção.

Abstract

In the present article I present the importance and place of silence in the work of the historian with the archive and, for that, I outline an overview of the main issues and operations of this work and underline some problems and solutions concerning the notion of conditions of production of discourses (about which there is an expectation that it represents a certain anchoring of the discourses in history). We conclude that the mapping and description of the interlocutive scene of the harassments, disputes and displacements around the making of meaning, the mapping of the interdiscursive conditions of production of the discourse, gains stature and explanatory status with the support of the spatial,

¹ Pesquisador em História do Brasil e Análise do Discurso. É professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Organizou o livro *A Conjuração Baiana e os desafios da igualdade no Brasil: história e discurso* (Pedro & João, 2016) e, pelo Contradit, o livro *Encontros na análise de discurso: efeitos de sentidos entre continentes*. (Ed. Unicamp, 2019).



reparable, relational, contradictory, configurational and exploratory dimension of the historian's craft, a strong point of the work with silence in the historiographical practice.

Keywords: History, Silence, Discourse, Conditions of Production.

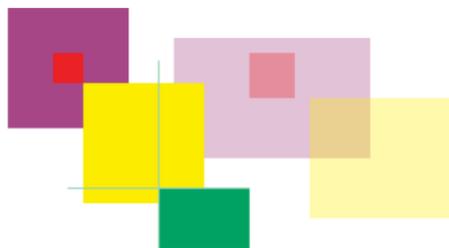
Em história o presente não existe, é uma ilusão do observador. Só existe o passado, que se arrasta, e o futuro, que desponta. Talvez seja nesse aspecto que a historiografia marxista mais se oponha à noção existencialista da pessoa histórica, em que prevalece o presente.
(João Bernardo)

Repara bem no que não digo.
(Paulo Leminski)

1. Uma introdução

O silêncio parece não ser ignorado nos estudos históricos, e talvez isso também seja verdade para outros campos teóricos e disciplinares. Cabe observar, no entanto, como em cada um deles isso se apresenta de uma forma mais ou menos significativa no conjunto ou em parte de suas operações. Na linguística, por exemplo, quando se trata da elipse e do implícito, mesmo sem o dizer, trabalha-se com as formas do silêncio na sua dimensão constitutiva do significar (ORLANDI, 2007 [1992]). Na psicanálise, considera-se o silêncio estrutural das pulsões, o *semblante do objeto* a proposto por Lacan, assim como o silêncio de uma palavra não dita (NASIO, 1989).

Nos estudos históricos o silêncio também tem sua face constitutiva, ou seja, pode ser apreendido para além daquilo que falta ou que pode estar faltando - o relato, informação e perspectiva que não consta no arquivo (e pelo que o pesquisador dá falta) acerca de um personagem, um acontecimento, uma trama ou um processo. Não dispomos de textos que digam, por exemplo, por que o alforriado Manuel Faustino - preso em 1798 (aos 16 anos) por envolvimento nos planos de um levante armado republicano na Bahia - deu tantas informações em seus depoimentos, se ele foi torturado, e se respondia às perguntas com altivez ou tristeza. Além desse silêncio que é falta de fontes (questionamento do presente), além desses vestígios que os historiadores gostaríamos de ter - e que, enquanto relato,



informação e perspectiva podem ter inexistido e faltado também aos seus contemporâneos (parte delas ao próprio Manuel Faustino) -, temos de considerar os silêncios produzidos e evocados nos textos que dispomos, silêncios que, em meio às pesquisas, assumem um estatuto explicativo (ORLANDI, 2007, p. 61) se com eles soubermos trabalhar.

Ao final de sua relação² sobre os últimos momentos de Faustino e seus três colegas de infortúnio - enforcamento, esquartejamento e distribuição das cabeças e outros pedaços dos corpos pela cidade da Bahia (Salvador) -, o frei carmelita José do Monte Castelo diz que

[...] sendo tantos os culpados nomesmo delito, e q' se estes 4 por desvalidos pagarao' com pena ultima D^s [Deus] q' olha para os pequeninos, e abraça a estes q' olham do desprezo; permitio q' a sua mizericordia se fizesse"³.

Vemos o relato esbarrando e roçando nos limites do que lhe é enunciável, evocando sua incompletude (e a injustiça da pena⁴), e caracterizando uma das formas da presença do silêncio no arquivo. Silêncio sobre os culpados sem punição e sobre aqueles que desprezam os desvalidos, significando como silêncio e pelo silêncio, ou, melhor dizendo, significando pelo que evoca como silêncio.

No presente artigo busco apresentar a importância e o lugar do silêncio no trabalho do historiador com o arquivo, e, para isso, traço um panorama das principais questões e operações desse trabalho e sublinho alguns problemas e soluções referentes à noção de condições de produção dos discursos, sobre a qual existe uma expectativa de que represente certa ancoragem dos discursos na história.

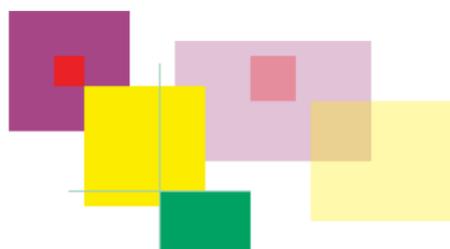
2. O trabalho do historiador

A história mantém uma relação fundamental e dialética com a memória, a qual pode ser - não sem o reconhecimento de um excesso de esquematismo - sintetizada na relação entre produtos memoriais e processos históricos, entre fechamentos e estabilizações

² Uma "narração de sucesso", cf. o dicionário de Raphael Bluteau

³ *Outra relação feita pelo P. Fr. Iozé D'Monte Carmelo religioso carmelita descalço*, publicada em Tavares (1975, p. 137). Grafia original mantida.

⁴ A historiadora Patrícia Valim (2012, p. 224) compreende que "no final da narrativa, frei José questiona a pena imputada aos quatro réus, afirmando que o milagre da misericórdia divina só foi possível porque Deus, que tudo vê, sabia que os quatro homens enforcados em praça pública não foram os únicos que cometeram o delito régio".

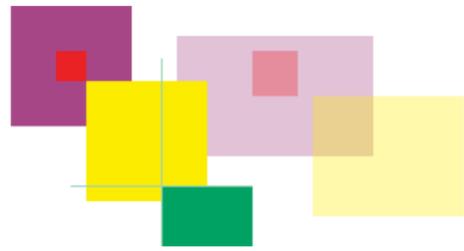


(instáveis, provisórias, moventes, em disputa) de um lado, e aberturas e desestabilizações críticas e investigativas de outro, a partir do trabalho de revisão que cada geração de historiadores faz sobre o trabalho das gerações precedentes. Na análise de discurso opera-se com a mesma lógica em torno da relação entre texto e discurso: de um lado, o trabalho (nunca “total”, acabado) de textualizar discursos, de reter, domesticar e estabilizar sentidos, apresentando-os discretamente em formulações imaginariamente independentes; de outro, o real do discurso, o movimento incessante/contínuo/irrefreado dos sentidos que, há 30 anos, Eni Orlandi associou ao silêncio em função da relação fundante deste com a linguagem: o silêncio estrutura a linguagem pelo seu avesso; é em torno do silêncio (não da falta de som, mas do silêncio significante, sócio-histórico, mediando pensamento e mundo) que a linguagem se institui, categorizando os sentidos sob as formas históricas de injunção à identidade, intercambialidade e visibilidade (ORLANDI, 2007).

E se é importante retomar de Michel Pêcheux e Catherine Fuchs (1997 [1975], p. 164), a sua definição da teoria do discurso como *teoria da determinação histórica dos processos semânticos*, será igualmente importante aqui considerar que os processos semânticos se dão sob injunções históricas que não “cabem” plenamente na linguagem atestada, tecida em forma de texto, posto que enquanto algumas dessas injunções demandam uma comunicação unívoca, uniforme, controlada, visível, discreta, outras pressões impõem barreiras invisíveis, formas desiguais de falar e de se constituir em uma língua, que não comunicam mas que significam - e significam na medida em que não comunicam, “apenas” evocam, o que implica um trabalho significante do silêncio.

Vale pontuar que em todas essas relações - entre memória e história, linguagem e silêncio, comunicação e não comunicação, produto e processo - é decisivo não cair em dicotomias. Assim como a perspectiva discursiva supõe a superação da dicotomia estrita língua/fala (ORLANDI, 2007, p. 43), a investigação histórica crítica depende da superação de uma outra dicotomia entre história processo e historiografia, entre objetividade (dos fatos, da “história história mesmo”) e subjetividade (da narrativa histórica, da sua escrita ou escritura). Superar essa dicotomia na história envolve explicitar pressupostos e implicações (BERNARDO, 2006, p. 197)⁵, como passa por assumir e aprofundar tanto a diferença como a

⁵ O historiador português prossegue dizendo: “Por isso devemos considerar como objeto da história a própria historiografia em que nos inserimos” (BERNARDO, 2006, p. 197), o que reforça o entendimento de que a historiografia não está de um lado e a história-história-mesmo de outro.



ambivalência evocada já no seu nome, *história*, “recusando, na prática da língua, a oposição da ciência e da literatura” (RANCIÈRE, 1994, p. 14-15).

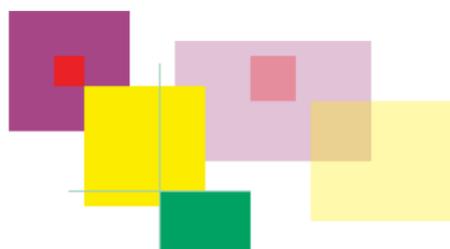
Concordo com Fantinato (2017, p. 12) de que o texto literário pode ser encarado como “um corpo de experiências capazes de provocar no leitor percepções e inspirações que incitem a produção de conhecimento sobre os vários tempos do texto”⁶, desde que se reconheça que não se imputa à literatura, mas à história, o dever de que esse conhecimento seja de fato produzido, para além das percepções e inspirações que a literatura pode lhe oferecer. Como defende Arlette Farge, é

Inútil insistir sobre a necessidade da literatura, evidente e sem desvio. Da história, é preciso dizer o quanto seu relato é indispensável, pois nenhuma sociedade pode prescindir de seu estatuto de veracidade e dos protocolos de pesquisa que asseguram sua coerência, sua fiabilidade, sua ética. Mesmo reformulada, revisitada incessantemente porque reinterrogada pelo presente, a história é, a cada época, o relato ponderado dos acontecimentos, aquele que evita sua falsificação e a vergonha das derrapagens flagrantes ou das denegações mortíferas. (FARGE, 2015 [1997], p. 68)

Dispomos da literatura para sensibilizar e mesmo para - em outras perspectivas - conhecer a vida e o mundo, tanto o de outros tempos quanto o nosso, mas sendo a literatura ela mesma “um modo de conhecimento, do qual é possível tomar de empréstimos [para a história] procedimentos e características” (FANTINATO, 2017, p. 15), faz diferença o fato de que sobre ela não se impõem as demandas elencadas por Farge, os protocolos, o estatuto, a ética do conhecimento histórico, assim como as pressões que o discurso histórico sofre para narrar acontecimentos reais, submetidos a tensões causais múltiplas (ROBIN, 2016, p. 280) e a julgamentos muitíssimo mais complexos do que aqueles do aparelho judiciário, posto que o julgamento feito pelo historiador é sempre “submetido à crítica da corporação historiadora e à do público esclarecido, sua obra oferecida a um processo ilimitado de revisões que faz da escrita da história uma perpétua reescrita” (RICOEUR, 2007, p. 335).

A observação e o registro, a pesquisa e a escritura da história, dispõem de operações que são recorrentes. Para John Lewis Gaddis (2003) são a *seletividade*, a *simultaneidade* e a *escala*, como também, em outro nível (o do registro), a documentação, a representação e a

⁶ Esse “conhecimento sobre os vários tempos do texto” é fundamental, ele nos diz da relação forte e fundamental entre linguagem e tempo (ORLANDI, 2007, p. 25) posto que as palavras, expressões e textos são boas vias de encontro com e acesso a diferentes temporalidades.



persuasão. Para Paul Ricoeur (2007, p. 146-147), a escritura histórica passa pela *prova documental*, pela *explicação ou compreensão causal/final* e pela *composição narrativa*. Para João Bernardo (2006), para quem toda história deve ser comparativa⁷, o historiador deve operar simultaneamente com o seu ponto de vista, o *a posteriori*, que estabelece os nexos causais, e com o ponto de vista dos coevos, o *a priori*, que representa o posicionamento dos agentes históricos enquanto colocação de uma hipótese científica.

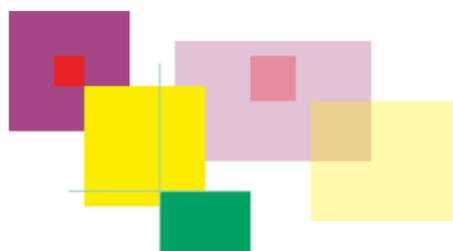
Frente a essas operações, pode-se questionar certos reducionismos e dificuldades para apreender e dizer o atroz, o traumático, como também aquilo que possa nos parecer obtuso, incompreensível, a alteridade radical e impenetrável de um outro tempo e espaço. Essa é uma consideração que, no lugar de apontar uma superioridade da literatura frente à história, também pode nos chamar a atenção para o silêncio no trabalho do historiador, tanto em relação ao processo histórico - como um *continuum* não discreto e não representável que o atravessa - quanto ao processo de conhecimento - como recuo necessário à compreensão disso que não é representável, mas é compreensível (ORLANDI, 2007).

A historicidade dos textos com os quais o historiador invariavelmente trabalha - a escritura histórica das interlocuções descobertas no arquivo, o trabalho de “cravá-las” no coração do seu discurso (FARGE, 2015, p. 70), o esforço metódico, metodológico e disciplinar (às vezes interdisciplinar) para compreender esses textos em sua dimensão de acontecimento, enquanto fatos ou relação⁸ entre fatos históricos (ou seja, para além de sua dimensão de vestígios do passado no presente) - não é bem compreensível sem a consideração de seu projeto enunciativo, projeto perseguido enquanto dimensão pragmática no contextualismo linguístico da Escola de Cambridge. Para Quentin Skinner, principal nome associado a essa escola, trata-se de recuperar o vocabulário e as questões do debate público que permitem explicar o que um agente histórico estava fazendo ao escrever o que escreveu:

[...] compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e, portanto, implica esclarecer exatamente o que ele pode

⁷ E para quem “é impossível explicar o que sucedeu sem estudar o que não sucedeu” (BERNARDO, 2022, s/p), o que é uma consideração pertinente para o historiador que busca o silêncio significante no arquivo.

⁸ Para João Bernardo (2006), a história não trata de fatos, mas de relações entre fatos, na medida em que o estabelecimento de algo (simples ou complexo) como um “fato” já é o bastante para que deixe de ser historicamente significativo. Essa observação me parece suficientemente clara para ressaltar a natureza construtiva e aberta do conhecimento histórico.



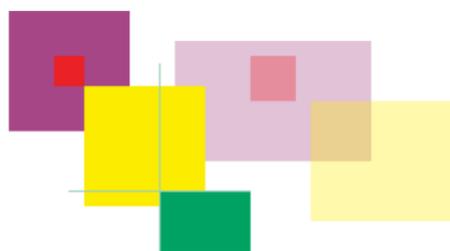
ter querido significar com o que disse - ou deixou de dizer. (SKINNER, 1996 [1978], p. 13)

Jacques Guilhaumou, a partir de um vasto levantamento de ponderações e análises críticas acerca das propostas de Skinner, entende que o historiador britânico é menos *contextualista* do que *convencionalista*, “insistindo sobre o papel das normas do debate e das convenções languageiras na compreensão da significação de um texto” (GUILHAUMOU, 2009, p. 66). O melhor representante do contextualismo linguístico, para Guilhaumou, é o historiador neozelandês John G. A. Pocock, que reconhece a importância do encontro entre historiadores e filósofos da linguagem, mas critica o privilégio dado por Skinner às intenções expressas pelos autores em seus escritos e, também por isso, negligencia estruturas subjacentes aos textos. A linguagem informa e orienta o contexto pesquisado, claro, mas “enquanto Pocock se interessa pelo poder da linguagem em reprimir nosso pensamento, ele [Q. Skinner] considera a linguagem mais como um expediente a manifestá-lo” (GUILHAUMOU, 2009, p. 66-67). Ou seja, o problema bem conhecido pelos linguistas da concepção instrumental de língua e de linguagem.

A referência feita ao contextualismo linguístico é importante na medida em que essa abordagem contribui para anular as evidências de um contexto pré-estabelecido “em proveito de uma construção do contexto por meio da complementaridade de recursos disponíveis no próprio debate” (GUILHAUMOU, 2009, p. 38), recursos que caracterizo como *projeto enunciativo*, que Guilhaumou entende como *reflexividade* do discurso, e ao que Michel Pêcheux e Catherine Fuchs (1997 [1975], p. 176) fazem uma referência mais ampla ao abordarem o trabalho - próprio à enunciação - de colocar fronteiras entre aquilo que é “selecionado” e tornado preciso e aquilo que é rejeitado.

Se a historicidade dos textos não é bem compreensível sem se considerar seu projeto enunciativo tampouco o será se se restringir seu acontecimento a ele, negligenciando cenas mais amplas em que os sentidos se processam, onde somos desafiados a apreender os processos discursivos que extrapolam as consciências e estratégias interagentes.

É justamente aqui que somos interpelados a recusar duas atitudes extremas que envolvem a noção de condições de produção.



3. As condições de produção de um discurso são o seu interdiscurso?⁹

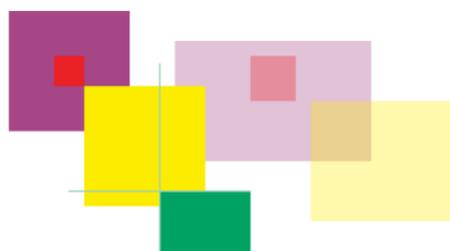
A primeira atitude que precisamos recusar em prol de uma consideração produtiva das condições de produção dos textos e de sua realidade histórica como discursos é aquela que busca por “panos de fundo”, por realidades extralinguísticas que caracterizariam uma “situação de comunicação” e trariam em si “os recursos interpretativos dos textos em seu interior” (GUILHAUMOU, 2009, p. 31). Essa é uma crítica forte dos historiadores do discurso na França, que os conduziu a um abandono progressivo de investigações de tipo sociolinguístico, com suas eventuais justaposições, homologias e isomorfismos entre os grupos sociopolíticos e o léxico por eles empregado (ROBIN, 1977). A palavra como um índice de comportamento político explicável pelo contexto sociológico corre o risco frequente de ignorar que os locutores não são ingênuos a ponto de não tomarem as “palavras dos outros” em seu favor, de produzirem mascaramentos, distorções, injúrias,...

[As pessoas] falam, contam, respondem, omitem, dissimulam, mentem, dizem a verdade, mas, sobretudo, eles não se definem porque estão simplesmente no mundo, e sim porque estão entre eles e vivem em face dos outros, com eles, em face do poder [...]. Suas falas dizem o entre-dois, o viver-com ou contra e ainda o viver-sem (FARGE, 2015, p. 63)

Essa relação com o mundo (o “pano de fundo”!) é ativa, faz com que o mundo figure (e transfigure), não é destacada ou destacável das práticas languageiras. Se a fala é sempre uma separação, “um êxodo de que o historiador deve traçar a viagem, um inacabamento que vai de lugar em lugar” (FARGE, 2015, p. 66), o mesmo pode ser dito para os textos e os discursos na sua condição de práxis.

E se a perspectiva arqueológica foucaultiana é inspiradora para os historiadores do discurso, pela busca das condições de existência e regras de formação de enunciados, isso se dá sob a condição de “reintroduzir, explicitamente nesse campo, a problemática da língua” (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 228).

⁹ Para a escrita dessa seção foi fundamental um retorno crítico sobre alguns trabalhos que escrevi e, notadamente, o vídeo-verbete de Fabiele de Nardi para a ENCIDIS, Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e Áreas Afins. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FrToVjnXwVk&t=2s> Acesso em: 02 ago. 2022.



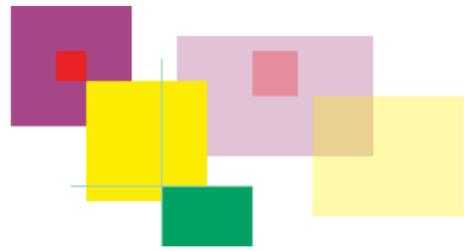
A segunda atitude que cabe recusar ou pelo menos problematizar em relação às condições de produção do discurso é aquela criticada por Guilhaumou em Skinner, uma consideração fechada no jogo com as convenções/normas - e mesmo nos projetos enunciativos, acrescento. Faz toda a diferença considerarmos, ao lado dos papéis sociais/institucionais razoavelmente assumidos e encenados pelos agentes históricos, outros papéis históricos que eles não conhecem, como numa peça de que ignoram o desfecho, e que só no trabalho *a posteriori* do historiador é possível determinar (BERNARDO, 2022).

Nessa recusa é fundamental a consideração do descentramento dos agentes históricos (ie, *agentes na história*), como propõe Bernardo:

[...] Não há razão para recorrer a categorias psicológicas, desprovidas de validade histórica. Cada pessoa é um percurso, aleatório e sempre mutável, entre diferentes esferas sociais, caracterizadas por práticas distintas. São estas esferas, e não as pessoas, os sujeitos das práticas. Os actores da história são as esferas sociais. E cada pessoa, ao longo do seu percurso, partilha parcialmente multiplicidades de práticas com um número ilimitado de outros percursos pessoais. (BERNARDO, 2022, s/p)

O mesmo anti-subjetivismo é assumido por Michel Pêcheux quando estabelece a hipótese de que as condições de produção do discurso implicam uma investigação - de natureza sociológica - acerca das formações imaginárias que determinam o modo como os protagonistas e os referentes de um discurso são nele projetados, estabelecendo assim diferentes dominâncias e estratégias (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82-84). Mas tanto a instância das “esferas sociais” de João Bernardo quanto a dos mecanismos imaginários que designam os lugares de A, B e R (dos protagonistas de um discurso e seus referentes) são passíveis de uma mobilização convencional e estabilizada no trabalho de análise.

Pêcheux exemplifica sua hipótese com diferentes discursos que tratam de *liberdade*: aquele de um professor de filosofia dirigindo-se aos seus alunos; o de um diretor de prisão comentando o regulamento com um dos detentos; o de um terapeuta falando ao seu paciente. Em cada uma dessas séries as condições de produção apontam para diferentes elementos dominantes: na relação pedagógica, dominaria a representação que os alunos fazem daquilo (o referente) que o professor lhes designa como *liberdade*; no discurso do diretor da prisão tudo fica condicionado pela imagem que os detentos fazem do diretor; já no discurso terapêutico, o principal do discurso tende a ser a imagem que o paciente faz de si mesmo. A ressalva de Pêcheux de que essas formações imaginárias são compostas de *já ditos, já*



ouvidos (resultado de processos anteriores, vindos de outras condições de produção) e dão nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram um processo discursivo, não obstrui totalmente uma abordagem das condições de produção pautada no projeto enunciativo - como não obstrui, em meio às práticas analisadas, a incompreensão de processos discursivos (como os que tomam o significante *liberdade*) nos quais as dominâncias e estratégias investem sobre o não instituído ou irregular.

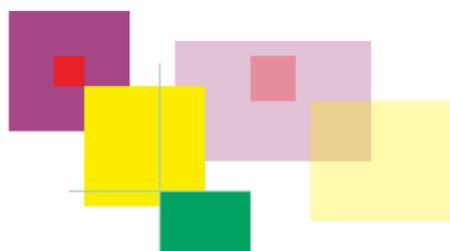
Régine Robin (1977) se apoia nessa teorização inicial de Pêcheux para definir o discurso em relação às suas condições de produção, mas as apresenta como um tipo de quadro institucional de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso em cena, envolvendo aparelhos ideológicos, representações, conjuntura política, relações de força, efeitos estratégicos buscados e outros elementos. Desse modo, parece ficar mais a cargo do pesquisador o que estabelecer como condições de produção do discurso que analisa.

Jean-Jacques Courtine (2009 [1981]) desenvolve uma proposta muito clara e instigante quanto às condições de produção (e não somente), mas não se afasta de uma abordagem tributária da *situação*. Ele propõe que a determinação das condições de produção de uma sequência discursiva de referência (ponto de apoio na organização do *corpus* de análise) se dê através da descrição do âmbito institucional e das circunstâncias enunciativas de produção dessa sequência.

O ponto mais sensível nessa forma de mobilização das condições de produção é o estatuto da exterioridade ao texto e ao discurso. A partir de que procedimentos poderíamos acessá-la e qual seria a sua natureza? Essa fragilidade no empreendimento da análise de discurso talvez seja mais perceptível desde o observatório do historiador, pautado na documentação e no debate historiográfico (na articulação entre os *a priori* e os *a posteriori*) como meio de contextualização. Em termos teóricos, é o próprio Pêcheux (1997 [1975]) que aponta uma solução ao explorar a objetividade material contraditória do interdiscurso, mais explícita nos seus últimos escritos, e também Orlandi, ao mobilizar o silêncio em meio às investigações, como mostrarei.

Diz Pêcheux em um pequeno texto publicado postumamente:

As pesquisas atuais tomam essencialmente por objeto o trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas: analisa-se uma sequência na sua relação com o seu exterior discursivo específico (em particular seus pré-construídos, seus discursos relatados, etc.) em relação à



alteridade discursiva com que ela se defronta, ou seja, o campo sócio-histórico do qual ela se separa (cf. noção de enunciado dividido). (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 229)

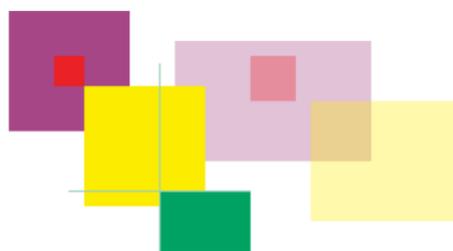
Assim apresentado, é inequívoca a necessidade de observação atenta dos deslocamentos, de uma recusa dos paradigmas da identidade e das homologias “entre o que se é e o que se diz”, em favor dos encontros e separações que significam sobre o real da história. Isso leva, na prática da análise, à investigação das condições de produção do discurso como o seu exterior específico, base fundamental para a compreensão da objetividade material contraditória do interdiscurso sob as formas de encadeamento de um pré-construído e de articulação/incidência de um discurso transversal (PÊCHEUX, 1997 [1975]). Voltando ao texto póstumo de Pêcheux, ele vai explicitamente ao que está em jogo no levantamento das condições de produção de um discurso:

Essa aproximação da intertextualidade, e de forma mais geral, do interdiscurso como condição da produção e da interpretação dos discursos pode contribuir com o estudo dos *efeitos de mudança* que afetam a circulação dissimétrica e desigual dos enunciados, suscetíveis de se juntarem em fórmulas produtoras de eventos históricos¹⁰ (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 229, grifo do original).

Vemos dispensado o levantamento de formações imaginárias constitutivas de quadros discursivos institucionais e de uma investigação de natureza sociológica, e reencontramos o apoio necessário em enunciados *já ditos, já ouvidos* provenientes de outras condições de produção e que dão nascimento a tomadas de posição no interior do interdiscurso. O elemento determinante para uma descrição das condições de produção (e de interpretação) de um discurso é assim o interdiscurso, o que para fins de análise pressupõe uma configuração de arquivo e montagem de *corpus* capaz de apresentar o exterior discursivo não como pano de fundo extralinguístico ou como normas, projetos e contextos enunciativos em meio aos quais se joga, e sim como um interdiscurso específico. Se a formação discursiva é matriz dos sentidos, o interdiscurso é que é o motor dos seus funcionamentos e efeitos, endossando o entendimento de Glazman (2016, p. 15) de que uma teoria materialista do discurso é uma teoria do interdiscurso.

A passagem dessa compreensão para procedimentos ou delineamentos gerais de análise é ainda facilitada com a busca e a consideração dos silêncios significantes, presentes

¹⁰ Impossível não lembrar aqui das pesquisas de Jean-Pierre Faye.



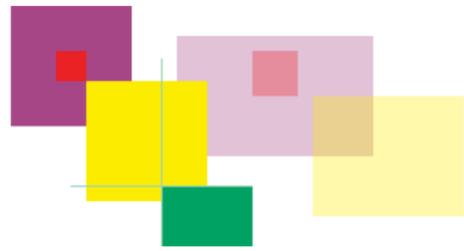
nos sentidos não textualizados mas evocados, passíveis de observação pelos seus efeitos, identificados enquanto possibilidades latentes que assediam o acontecimento do discurso na história¹¹. Com vistas à análise do silêncio, diz Orlandi (2007, p. 55-56) que o método precisa “ser ‘histórico’ (discursivo), e fazer apelo à ‘interdiscursividade’, trabalhando com os entremeios, os reflexos indiretos, os efeitos”. Com vistas à investigação historiográfica de objetos discursivos, penso que cabe pesquisar as condições de produção desses objetos considerando aí (e como um dos elementos mais importantes) o modo como o silêncio trabalha os limites do interdiscurso (ORLANDI, 2007, p. 88), os limites do já-dito, do dizível, que sem esse trabalho do silêncio não poderia ser considerado como um exterior discursivo específico a um discurso.

A descrição das condições de produção de um discurso demanda a investigação das relações textuais incidentes em uma interlocução, relações entre textos realizados numa cadeia significativa recuperável por amostragem e *textos não realizados nessa cadeia*, mas evocados no acontecimento histórico de sua significação e interpretação - sendo por vezes evocados a partir de deslocamentos que configuram interditos/interdições¹².

O que deve (o que pode?) ser entendido a partir do que se diz e do que se deixa de dizer evoca uma história de textualizações que se deixa/faz dizer, com traços de língua e pistas das discursividades de uma formação social, no atravessamento de diferentes “contextos linguísticos” e temporalidades. E quanto a isso, o historiador dispõe de um instrumental insubstituível com a sua expertise para montar arquivos, configurar séries, que - na proporção em que o expõem nas suas margens críticas e desconstrutivas, parciais, lacunares e provisórias (os limites desse seu trabalho) - permitem observar melhor as

¹¹ Fica por fazer uma articulação entre o trabalho com o silêncio significativo no arquivo e o modo inovador com que João Bernardo traz a categoria do *possível* para a oficina do historiador em busca das determinações na história: “O possível não é determinado especificamente, não sabemos se vai ou não materializar-se ou, numa terminologia precisa, se vai ou não actualizar-se. Mas nem tudo atinge o estatuto de possível. Os limites do possível são determinados. Isto significa que pode definir-se exactamente o impossível, podendo, portanto, definir-se os contornos do possível, mas dentro desses contornos o número de possibilidades é ilimitado. Por outras palavras, num quadro com fronteiras rigorosamente determinadas existem ilimitadas possibilidades de realização dessa determinação”. (BERNARDO, 2022, s/p)

¹² Essa forma de significação do silêncio é desenvolvida por Tfouni (2006; 2008) e também trabalhada por mim (FONSECA, 2012; 2016) na perspectiva da práxis discursiva, do deslocamento tendencial do sujeito enunciativo e, no interior das formações discursivas, em torno da determinação interdiscursiva, daquilo que pode mas não deve ser dito (INDURSKY, 1997, p. 187).



margens e limites mais amplos daquilo que entendemos enquanto um acontecimento e um processo histórico em suas significações.

4. Observar, reparar... considerações finais

A metáfora visual da *observação* é particularmente importante nessa abordagem do trabalho do historiador com os discursos. Régine Robin (2016, p. 56-62) nos brinda com duas figuras que ajudam a pensar aquelas margens e limites: o espectro e o trapeiro, espécie de catador e colecionador de sucatas/trapos.

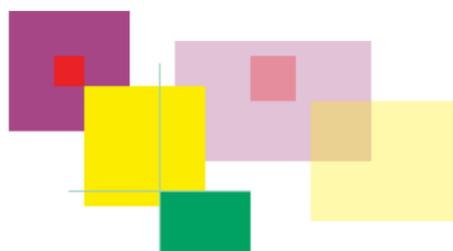
Os espectros que rondam os tempos trazem não apenas o recalcado, o que se repete compulsivamente na medida em que não passa por um trabalho de memória. Trazem também projetos e soluções abandonadas ou derrotadas em outros tempos que eventualmente retornam. A presença desses espectros aponta para a multiplicidade dos tempos vividos em cada tempo, para o fato de que os contemporâneos não param de buscar pelo heterogêneo, pelo não contemporâneo, evocando fantasmas, produzindo cópias e regressões que, ainda quando voltados para trás, visam sempre a algo novo.

Cabe lembrar (em especial nos tempos atuais) que não é possível ver espectros, que não enxergamos o que é imaginário. Mas observamos (aí sim, o tempo todo) os seus efeitos, da mesma forma que não escutamos ou observamos os silêncios mas somos por eles/com eles afetados, interpelados, interpretados e compreendidos.

E temos a figura do historiador trapeiro que, com trapos de textos, incoerentes se reunidos de uma só vez, pode produzir um inventário, um museu, uma coleção mais ou menos confusa e pitoresca, mas também pode contribuir para que seja discernível - via montagens bem feitas, usos, experimentações - algo das vozes esquecidas nesses textos, devolvendo (reparando) sua legibilidade própria.

Se o trabalho do historiador se desenvolve sobre os vestígios de uma memória social descontínua, lacunar, é importante trazer também a imagem proposta por João Bernardo, a de que a história não é uma escultura, mas um tecido - tecido de relações, ou, como ele escreve, relação de relações, contradições (BERNARDO, 2006, p. 194).

Além de observar, ao historiador, como ao analista do discurso, cabe bem a ambivalência do verbo *reparar* que alude ao ver/olhar mais apurado, que problematiza o



próprio ver/olhar, mas também é sinônimo de *restaurar* (ERNST-PEREIRA; QUEVEDO, 2013, p. 329). Pesquisar e mobilizar as condições de produção de um discurso é uma operação metodológica de *reparação* análoga à que preside a realização de recortes discursivos. Para Orlandi (1984, p. 14), “os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia”. Um contexto de interlocução menos imediato, o contexto da ideologia nos dizeres, é, como entendo, a cena interlocutiva dos assédios, disputas e deslocamentos em relação ao *fazer sentido*, o que demanda o levantamento das condições interdiscursivas de produção do discurso.

E essa dimensão espacial, reparável, relacional, contraditória, configuracional e exploratória do trabalho do historiador é para mim o ponto forte do trabalho com o silêncio no ofício historiográfico. O ponto decisivo em que se é confrontado com o fato de que na história não se falam palavras, enunciados, textos, mas fundamentalmente se falam *com* palavras, enunciados e textos. Essa é uma contribuição ímpar de Orlandi (2007, p. 15): estamos nas palavras não para falar delas ou de seus “conteúdos”, mas para falar com elas¹³, e que é desse jogo que advém a dimensão (a práxis) do significar e o lugar fundamental do silêncio, que o permite e o sustenta.

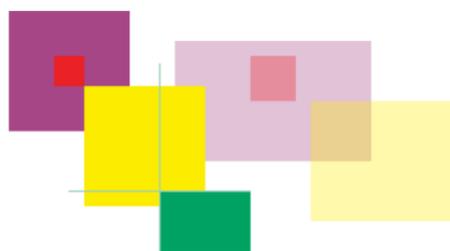
Enfim, penso que reconhecer o silêncio como elemento constitutivo das práticas languageiras e significantes e reconhecer a necessidade do silêncio no trabalho do historiador - um recuo, estranhamento, escuta atenta que permite a “respiração” (o fôlego) da significação (ORLANDI, 2007, p. 13) -, soma-se produtivamente a essa revisitação crítica da noção de condições de produção do discurso.

Referências bibliográficas

BERNARDO, J. Propostas para uma metodologia da história. **História Revista**, Goiânia, GO, v. 11, n. 2, p. 193-197, jul./dez. 2006.

BERNARDO, J. Para uma historiografia do Não. **Passa Palavra**, 10 maio 2022. Disponível em: <https://passapalavra.info/2022/05/143354/> Acesso em: 07 ago. 2022.

¹³ E a equivocidade dessa construção é ótima: falar com palavras, sustentando-se na história de suas textualizações (às vezes caindo daí, tropeçando, justamente por não a controlarmos); e falar com as palavras, interagir com essa história de textualizações, um pouco na linha das modalizações autonômicas investigadas por Jacqueline Authier-Revuz.



COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad.: C. de Campos *et al.* São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009 [1981].

ERNST-PEREIRA, A.; QUEVEDO, M. Pré-construído e discurso-transverso: ferramentas de derrisão em uma charge de Latuff. **Desenredo**, Passo Fundo, RS, n. 2, v. 9, p. 325-339, jul./dez., 2013.

FANTINATO, M. Literatura e história: um diálogo possível. **Ipotesi**, Juiz de Fora, MG, n.2, v.21, p.12-19, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19441>. Acesso em 20 set. 2022.

FARGE, A. **Lugares para a história**. Trad.: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015 [1997].

FONSECA, R. O. **A interdição discursiva**: o caso da Conjuração baiana e outros limites à participação popular na História. Programa de Pós-Graduação em Letras/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (tese de doutorado), 2012.

FONSECA, R. O. A interdição discursiva na cassação do PCB em 1947. In: TFOUNI; STÜBE; PAULON (Orgs.), **Silêncio e interdito**: discursos em movimento. São Carlos, SP: Pedro & João, 2016, p. 203-239.

GADDIS, J. L. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Trad.: Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GLOZMAN, M. Linguística, materialismo, (inter)discurso: elemento para uma lectura de Las verdades evidentes. In: PÊCHEUX. **Las verdades evidentes**: lingüística, semântica, filosofia. Trad.: M. Glozman *et al.* Buenos Aires: CCC Floreal Gorini, 2016, p. 7-17.

GUILHAUMOU, J. **Linguística e História**: percursos analíticos de acontecimentos discursivos. Coord. da trad.: Roberto Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

NASIO, J.-D. Apresentação. In: NASIO, J-D (Org.). **O silêncio em psicanálise**. Trad.: Martha Prada e Silva. Campinas, SP: Papirus, 1989.

ORLANDI, E. P. Recortar ou segmentar? **Linguística: Questões e Controvérsias**, Uberaba, MG, p. 09-26, 1984.

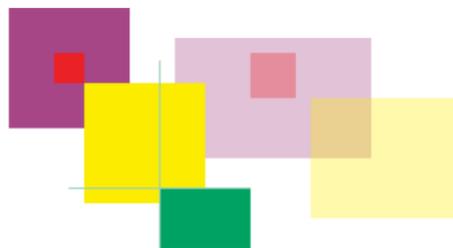
ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007 [1992].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automático do discurso: atualização e perspectivas. Trad.: Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3a edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1975].

PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação (a análise de discurso na França). Trad.: S. L. Gallo. In: PÊCHEUX; ORLANDI. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: 2011 [1984], p. 227-230.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**: ensaio de poética do saber. Trad.: Eduardo Guimarães; Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad.: Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.



ROBIN, R. **História e Linguística**. Trad.: A. Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Trad.: Cristiane Dias; Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016 [2003].

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad.: R. J. Ribeiro; L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1978].

TAVARES, L. H. D. **História da sedição intentada na Bahia em 1798** ("A Conspiração dos Alfaiates"). São Paulo: Pioneira, 1975.

TFOUNI, F. E. V. O interdito como fundador do discurso. **Letras & Letras**, Uberlândia, MG, n. 1, v. 22, p. 127-137, 2006.

TFOUNI, F. E. V. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. **Linguagem em (Dis)curso**, n. 2, v. 8, p. 353-371, 2008.

VALIM, P. Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, USP, 2012.

Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-02042013-115539/publico/2012_PatriciaValim_VCorr.pdf